

Que revisão curricular?!

Entrevista à presidente da APM

A 26 de Março o Ministério da Educação e Ciência (MEC) apresentou a versão final da estrutura Curricular que entrará em vigor no próximo ano letivo.

A Educação e Matemática (EM) decidiu entrevistar a presidente da APM, Elsa Barbosa (EB), com o objetivo de conhecer a sua posição e/ou da direção da APM, relativamente às alterações que o MEC pretende implementar, de acordo com este documento.

1

Elsa, consideras que este documento é claro sobre as intenções que o Ministério da Educação tem com esta revisão curricular?

A atual Revisão da Estrutura Curricular não permite perceber quais são efetivamente as intenções do Ministério da Educação e Ciência (MEC) para o sistema educativo português. De facto há uma inversão na ordem das etapas que constituem uma revisão curricular. Não é de todo correto iniciar uma revisão «decisiva para o futuro da educação em Portugal» com a definição do número de horas de cada uma das disciplinas, e só posteriormente elaborar «novas metas curriculares» e rever e/ou reformular os atuais programas. Pelo contrário, uma reforma curricular rigorosa deve iniciar-se com uma avaliação das anteriores revisões curriculares, assentando na revisão dos documentos orientadores, seguindo-se então a definição de modos de operacionalização e culminando com o estipular do número de horas letivas. No entanto, a atual revisão assenta fundamentalmente na redistribuição de cargas horárias e na supressão de áreas curriculares, o que me parece poder ser justificado apenas pela atual contenção económica em que o país vive e não por quaisquer razões de natureza didática.

2

No documento pode ler-se que as medidas agora tomadas visam três aspetos fundamentais: a atualização do currículo, nomeadamente através da redução da dispersão curricular; a melhoria do acompanhamento dos alunos, com uma melhor avaliação e a deteção precoce de dificuldades; o aumento decisivo da autonomia das escolas na gestão do currículo e numa maior liberdade de escolha das ofertas formativas.

Parece-te que as medidas propostas vão no sentido dos princípios anunciados?

Por outro lado, serão estes os aspetos considerados fundamentais para uma melhoria da aprendizagem de todos os alunos?

Apesar de considerar as três medidas como aspetos fundamentais para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos, discordo da visão que o MEC tem das mesmas e fundamentalmente da maneira como estão a ser implementadas.

Se considerarmos a diminuição da dispersão curricular uma atualização do currículo, então pode-se encarar esta medida como conseguida. Já o mesmo não se pode afirmar em relação às medidas restantes. Como é que o MEC assume a melhoria do acompanhamento dos alunos como um aspeto fundamental da Revisão da Estrutura Curricular e simultaneamente aumenta o número de alunos por turma? Será possível, com 30 alunos por turma, «o ensino acolher e criar condições a todos os alunos»? Como é que se desenvolve um ensino diferenciado, adequado a cada um dos alunos, numa sala de aula com 30 alunos? Em relação ao aumento da autonomia das escolas também não me parece que seja efetivo. Quem defende uma gestão autónoma do currículo não introduz exames por ciclo. A Matemática tem um programa do Ensino Básico que permite uma continuidade do trabalho entre ciclos. Um trabalho que pode ser adequado à realidade de cada Agrupamento, diferenciado para cada turma, planeado para desenvolver as capacidades dos alunos, para colmatar as suas dificuldades de aprendizagem ao longo dos ciclos. O importante seria conseguir que os alunos no final do Ensino Básico adquirissem um conjunto alargado de objetivos, o que não se coaduna com a introdução de exames no final de cada ciclo.



3

Ainda de acordo com o documento podemos ler que o acompanhamento e a avaliação dos alunos são fundamentais para o seu sucesso e uma das medidas introduzidas com o objetivo de promover o rigor na avaliação, obtendo dados fiáveis sobre a aprendizagem, é através da introdução de provas finais no 4.º ano e da sua manutenção no 6.º e no 9.º ano, a Português e a Matemática.

Este reforço da avaliação externa, nomeadamente a introdução de exames no 4º ano, será por si um fator de sucesso ou poderá antes vir apenas reforçar o papel seletivo vulgarmente atribuído à disciplina de Matemática?

Considero que os exames, por si só, não conferem mais qualidade ao ensino, nem contribuem para o desenvolvimento das aprendizagens dos alunos. No entanto, e uma vez que o MEC considera que a introdução de provas de exame são fundamentais para o sucesso dos alunos, estas devem ser transversais a todas as disciplinas do currículo e não exclusivamente a Português e a Matemática. Em relação à Matemática, o facto de se insistir na realização de mais uma avaliação externa só vai reforçar a negatividade com que a sociedade em geral vê a disciplina, além de vir reforçar o papel seletivo há muito atribuído à mesma. A introdução de uma prova final de 4.º ano é paradigmático, se estamos perante 4 anos de uma escolaridade generalista, e se os exames permitem melhorar as aprendizagens dos alunos, não seria mais adequado os alunos realizarem um exame generalista, no final do primeiro ciclo?

4

Quanto ao reforço da autonomia pedagógica e administrativa, e tendo em conta o quadro anexo de alteração às matrizes curriculares, fica claro em que se traduz esta autonomia?

Tal como já referi anteriormente as atuais alterações curriculares centram-se fundamentalmente na redistribuição de cargas horárias e na supressão de áreas curriculares o que é particularmente visível nas matrizes curriculares apresentadas no documento. Segundo o MEC, na versão final da Revisão da Estrutura Curricular, publicada em 26 de Março de 2012, o regime de autonomia será operacionalizado através de quatro medidas: ceder um crédito de horas às escolas, em função da eficiência da gestão escolar, do número de turmas e dos resultados escolares; flexibilizar a duração das aulas segundo o critério de cada escola; estabelecer um mínimo e um máximo de tempo de carga curricular por disciplina; possibilitar ofertas de componentes curriculares complementares com carga flexível, a serem implementadas com recurso ao crédito horário da escola. Neste contexto surgem-me alguns comentários/questões. Será correto fazer depender o crédito de horas, a facultar às escolas, dos resultados escolares dessas mesmas escolas? Não seria mais correto disponibilizar horas para reforço curricular às escolas com resultados escolares «menos bons», responsabilizando-as posteriormente pela boa utilização desses recursos? A flexibilização da duração das aulas podia ser uma hipótese se não contrariasse as orientações curriculares, em particular as de Matemática, que veiculam metodologias que se adequam a blocos de 90 minutos. A decisão de se organizar as aulas em blocos de 90 minutos favorecem a gestão curricular da disciplina por possibilita-

rem uma organização e gestão que rentabiliza o tempo da aula, além de permitirem que o professor respeite, efetivamente, os diferentes ritmos de trabalho dos alunos de cada turma. Quanto a possibilitarem ofertas de componentes curriculares, a serem implementadas com recurso ao crédito horário de escola, destinadas a temas como por exemplo Educação cívica, Educação para a saúde, Educação Rodoviária, é uma falsa questão, uma vez que na reforma anterior existiam as áreas curriculares não disciplinares, onde era possível trabalhar temas muito variados, desde que enquadrados no projeto curricular de turma e no projeto educativo de escola.

5

O documento apresenta no final a intenção de continuar a revisão, nomeadamente **através da elaboração de novas metas curriculares e de uma revisão e possível reformulação de programas**, sem que se perceba se será para operacionalizar ou não no próximo ano letivo. No caso da Matemática, faz sentido e/ou há urgência em alterar os programas em vigor no ensino básico e no secundário? Será este o problema essencial no ensino da matemática?

No caso particular da Matemática os programas não são de todo o problema central do ensino. Não há qualquer necessidade de definir novas metas de aprendizagem ou de proceder a alterações programáticas, as orientações curriculares vigentes estão ajustadas às exigências do ensino atual. De facto as nossas orientações curriculares foram elaboradas com base na investigação nacional e internacional, e mantêm-se perfeitamente atuais. Na minha opinião a melhoria dos resultados escolares exige do MEC um maior investimento na criação de condições que favoreçam o desenvolvimento profissional dos professores, de acordo com o que já vinha a ser realizado.

Que outros aspetos gostavas de realçar ou que sugestões gostarias de fazer relativamente às medidas apresentadas?

É preocupante que na atual Revisão da Estrutura Curricular não haja qualquer indicação relativamente às medidas que o MEC prevê implementar para ultrapassar as situações de insucesso, numa escolaridade obrigatória de 12 anos. Que medidas serão tomadas para recuperar um aluno que tenha insucesso no exame de Matemática? A reprovação do aluno será vista como uma solução? Neste contexto, também me preocupa que a oferta do Apoio Diário ao Estudo se restrinja a alunos do 2.º ciclo, esta oferta deveria ser prolongada aos alunos do 3.º ciclo. É ainda fundamental que no Ensino Secundário a Escola tenha condições de criar mecanismos de Apoio ao Estudo. No entanto, a aplicação de uma medida desta natureza requer uma maior flexibilização dos horários dos professores, o que atualmente ainda não acontece.

Outra questão que me preocupa é a ausência de qualquer referência aos percursos escolares alternativos, Cursos de Educação e Formação, Cursos Profissionais, entre outros, frequentados por milhares de alunos. Correndo o risco de estar a ser injusta, parece-me que está a haver uma desvalorização clara destes percursos, o que em meu entender é um enorme erro. É muito importante que haja uma variada oferta educativa, de qualidade, que responda às necessidades e ao perfil de cada um dos nossos alunos.

